

☐ REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa

Assunto: Ajudantes técnicos de farmácia – registo de prática ilegal

Destinatário: Ministério da Saúde

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto, veio definir os princípios gerais em matéria de exercício das profissões de diagnóstico e terapêutica, procedendo à sua regulamentação. Entre tais profissões está a de "técnico de farmácia". Para efeitos de acesso a essa profissão, assim como às demais abrangidas pelo mesmo diploma, estabeleceu-se a obrigatoriedade de os técnicos possuírem curso adequado ou equivalente, sendo insuficiente apenas a prática profissional.

Com o Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto, extinguiu-se também a profissão de ajudante técnico de farmácia, à qual se acedia apenas pela prática profissional em farmácia, sujeita a uma comprovação individual realizado pelo INFARMED na designada Caderneta de Registo de Prática.

Tendo o regime de registo de prática e a profissão de ajudante técnico de farmácia sido objecto de extinção, não poderia, a partir da data de entrada em vigor do referido diploma, continuar a ser aceite pelo INFARMED, o registo de prática relativo a ajudantes técnicos de farmácia.

No entanto, o INFARMED não só não adoptou as providências adequadas ao esclarecimento dos profissionais da actividade farmacêutica a respeito dos requisitos a cumprir pelos candidatos a técnicos de farmácia, como continuou a aceitar novas admissões de "praticantes de farmácia".

Mesmo após um Despacho do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde, datado de 18 de Março de 2002, onde foi considerado que o Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto, é aplicável ao pessoal técnico das farmácias do sector privado, o INFARMED continuou a actuar à revelia do referido Despacho e da legislação em vigor.

Esta ilegalidade levou a que a Provedoria de Justiça tivesse reiteradamente advertido a Secretaria de Estado da Saúde, para o facto de o INFARMED ter continuado a aceitar os registos de

prática. No entanto, não houve qualquer tomada de posição conclusiva, até que, em Junho de 2006, o Provedor de Justiça se pronunciou formalmente sobre esta matéria, tendo recomendado expressamente à Secretaria de Estado da Saúde que não fossem admitidos mais “ajudantes de farmácia”, ao abrigo do registo de prática. Só depois desta recomendação do Provedor de Justiça, o INFARMED deixou de aceitar registos para o exercício da “extinta” profissão de ajudante técnico de farmácia, tendo retido todas as Cadernetas de Registo de Prática, as quais permanecem em seu poder.

Muitos candidatos à profissão de ajudante técnico de farmácia, confiando que a aceitação pelo INFARMED do registo de prática lhes daria depois o direito de obter as respectivas carteiras profissionais, viram essas expectativas frustradas, ao ser-lhes negada, de acordo com a lei, a emissão da respectiva carteira profissional pelo Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) e/ou pelo Departamento de Modernização dos Recursos de Saúde.

Encontram-se nesta situação de incerteza mais de 1500 trabalhadores, que continuam a trabalhar nas farmácias onde praticaram, sem qualquer enquadramento legal, a desempenhar funções só permitidas a técnicos de farmácia habilitados, nomeadamente, actividades relacionadas com a dispensa e o armazenamento de medicamentos.

Por outro lado, sem que, até ao momento, tenha havido qualquer regulamentação relativamente a outro pessoal, para além dos técnicos de farmácia, que posso integrar o quadro não farmacêutico das farmácias, (conforme previsto no Artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto), são frequentes, em meios de comunicação especializados, os anúncios de cursos de “auxiliar de farmácia” ou de “auxiliar de acção farmacêutica”. Existe mesmo uma empresa, a netPeople do Grupo Glinnt, que presta serviços de cedência de “técnicos auxiliares de farmácia” às farmácias, posicionando estes serviços “sempre que [a farmácia] pretender aumentar a equipa da farmácia, em picos de trabalho com características sazonais e em casos de substituição pontual” (conforme referido em ofício da Associação Nacional das Farmácias, datado de 11 de Fevereiro de 2010 e dirigido às Farmácias suas associadas).

As situações relatadas configuram uma manifesta ilegalidade, prejudicam gravemente os trabalhadores enganados e são potencialmente lesivos da saúde e do interesse público.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Por ano, quantos pedidos de registo de prática de ajudantes técnicos de farmácia foram aceites pelo INFARMED, desde 1 de Setembro de 1999, data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto?
2. Por que motivo, o INFARMED continuou a aceitar os referidos pedidos de registo de prática até 2006, mesmo depois do Despacho do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde, em Março de 2002, onde se clarificava que o Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto, é aplicável às farmácias de oficina?
3. O que pretende fazer o Governo para reparar a situação em que se encontram os trabalhadores cujo registo de prática foi aceite, de forma irregular pelo INFARMED?
4. Não havendo qualquer regulamentação sobre outro pessoal devidamente habilitado para exercer funções relacionadas com o medicamento, para além de farmacêuticos e técnicos de farmácia, como justifica o governo a existência de cursos de auxiliar de farmácia e a oferta da prestação de serviços de técnicos auxiliares de farmácia?
5. As inspecções realizadas pelo INFARMED em farmácias de oficina incidem sobre a verificação das habilitações dos profissionais do quadro não farmacêutico? Durante o ano de 2009, quantas infracções foram detectadas?

Palácio de São Bento, 21 de Abril de 2010.

O Deputado

João Semedo